



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 878/2021/CEL/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0033.552182/2021-55

OBJETO: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades das Unidades Prisionais do Município de Guajará Mirim/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, a pedido do Núcleo de Alimentação, de acordo com o Memorando nº 118/2021/SEJUS-NUALI, (ID.0022300054), autorização SEJUS-GAB (ID.0022457216) e demais documentos juntados aos autos.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por intermédio de sua Pregoeira, designada por força das disposições contidas na **Portaria N.º 14/2022/SUPEL-CI, publicada no DOE do dia 28 de janeiro de 2022**, vem neste ato responder ao pedido de esclarecimento enviado por e-mail por empresa interessada.

No dia 14/03/2022 a Comissão Especial de Licitação – CEL/SUPEL recebeu o pedido de Impugnação referente ao Pregão citado, o qual dispunha de solicitação de informações de caráter estritamente técnicos. Tendo sido enviado à unidade demandante, a qual respondeu, como segue abaixo:

QUESTIONAMENTO 01:

Solicitamos esclarecimentos visto que de acordo com a legislação e jurisprudência vigente, temos a adjudicação POR ITEM, POR LOTE OU GLOBAL, onde os critérios de julgamento existentes são o de MENOR PREÇO POR ITEM, MENOR PREÇO POR LOTE e MENOR PREÇO GLOBAL, sendo o termo “MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL” utilizado no presente certame INEXISTENTE. O que deve ser corrigido.

RESPOSTA 01:

O item 13.1. O critério de julgamento será o menor preço global por lote resultante da somatória dos itens (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite) observadas as exigências contidas neste documento;

O critério de julgamento está correto e foi definido por LOTE.

SÚMULA 247/TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Todavia, os objetos café, almoço, jantar e lanche da noite, apesar de ser em horários e refeições distintas, a adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção.

No presente caso, a justificativa encontra-se nos itens:

13.CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1 O critério de julgamento será o menor preço global por lote resultante da somatória dos itens (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite) observadas as exigências contidas neste documento;

13.2 O critério menor preço global por lote justifica-se pela natureza do objeto, vez que sua fragmentação em itens acarretará a perda do conjunto, perda de economia de escala e poderia ocasionar a excessiva pulverização de contratos, visto que, os itens (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite) são os mesmos, o que irá ocorrer é a diferença nos horários de entregas das refeições.

13.3 A divisibilidade do objeto iria acarretar por parte dos fornecedores desinteresse em contratar com a administração vez que a quantidade seria insatisfatória, pois a luz do critério econômico, seria inviável para a contratada bem como para administração, e de certa forma encareceriam o produto.

13.4 Por meio do critério de menor preço global é possível conseguir menores preços na licitação, pois caso contrário, os preços seriam mais elevados, visto que a quantidade seria irrisória.

13.5 É inviável para a Administração a divisibilidade do item, visto que são vários municípios no qual a SEJUS tem contratos com empresas para fornecimento de alimentação para unidades prisionais caso sejam todos divididos por item ocasionaria uma excessiva pulverização de contratos o que dificultaria a gestão destes.

Permanece os termos do Termo de Referencia.

QUESTIONAMENTO 02:

Verifica-se que o subitem 5.3.3 do Edital permite a participação de cooperativas no presente procedimento licitatório. Segundo a Corte de Contas, não é permitido a participação dessas entidades quando pela natureza da prestação do serviço envolver subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, é o que prescreve a Súmula nº 281, TCU:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”.

RESPOSTA 02:

Informamos que foi feita a retificação do Termo de Referencia, sendo assim, retirou-se o item que fala sobre a participação de Cooperativas no certame.

QUESTIONAMENTO 03:

O Edital de licitação em seu subitem 8.2 e seguintes, estabeleceu de forma equivocada que ao registrar suas propostas no sistema Comprasnet, os participantes tem por obrigação informar a MARCA do objeto, no caso, de seu serviço, haja vista que as refeições prontas, objeto do certame, possuem a marca da empresa/cozinha que as fabricarem.

RESPOSTA 03:

Informamos que foi feita a retificação da SAMS, sendo assim, retirou-se a coluna que fala sobre a identificação de marca.

QUESTIONAMENTO 04:

Infere-se que os sistemas oficiais de referência da Administração Pública devem ter precedência em relação a utilização de cotações feitas diretamente com empresas de mercado, no entanto, o quadro estimativo de preços referenciado pela Administração se encontra defasado e desatualizado, “O VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO É INCOMPATÍVEL COM OS PREÇOS DE MERCADO”

RESPOSTA 04:

O quadro estimativo de preços foi ratificado pela Gerência de Pesquisas e Análise de Preços – GEPEAP desta Superintendência, vejamos:

“...Analisando de forma minuciosa o aludido pedido, verifica-se que a empresa argumenta uma série tratativas, relacionadas a formas de pesquisas e mencionando que os valores estão abaixo do preço de mercado, ou seja inexecutáveis, no entanto esta não apresenta documentos probantes sobre valores praticados pela administração pública. Frente ao exposto, esta Coordenação RATIFICA o quadro estimativo em tela.”

QUESTIONAMENTO 05:

Das inconsistências quanto as exigências de qualificação técnica presentes no edital de licitação, sendo elas:

“Importa ter presente, de início, que nos termos do Edital a impugnante constatou que a Administração passou a exigir que para fins de comprovação de qualificação técnica, as empresas participantes deverão apresentar supostamente documento denominado “atestado de capacidade técnica” supostamente, pois o termo de referência em seu subitem 19.1.4 e 19.1.5 e seguintes, simplesmente não explica que trata-se da apresentação de DECLARAÇÃO ou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.”

RESPOSTA 05:

Informo que o item 19.3 trata-se de Atestado de Capacidade Técnica referente ao , conforme Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, art. 3º. Não há o que se falar em Declaração no item 19.3:

Entende-se por pertinente e compatível em **características os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido o objeto executado no mesmo período)**, contemple o objeto da contratação da presente aquisição. (Conforme Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, art. 3º).

O item 19.2 fala a respeito da Declaração de capacidade técnica-profissional, conforme disposto no Inc. I do §1º, do art.30 da Lei Federal 8666/93:

Declaração de que apresentará no ato da assinatura do contrato, comprovação de capacidade técnica-profissional, conforme disposto no Inc. I do §1º, do art.30 da Lei Federal 8666/93, e posteriormente alterações, mediante demonstração de ter em seu quadro funcional, o profissional nutricionista, reconhecido pela entidade competente (Conselho Regional de Nutrição) através de registro na Carteira Profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo admitida a contratação de profissional autônomo (Art.5º e art.6º da Resolução 419 de 24 de Março de 2008).

A Qualificação Técnica está correta, uma vez que se trata de empresa especializada em alimentação para Unidade Prisional, tem que se empresa sólida, ou seja, que comprove a capacidade de fornecimento do objeto executado (refeições prontas).

QUESTIONAMENTO 06:

A empresa alega :

“28. Ao estabelecer que os itens 2 e 3 (almoço e janta) são os de maior relevância, a administração passou a exigir a demonstração de pelo menos 30% desses itens, entretanto, o somatório dos itens 2 e 3 totalizam 32.164 (trinta e dois mil cento e sessenta e quatro) unidades de refeição, ou seja, 66% (sessenta e seis) por cento dos quantitativos totais exigidos.

29. De acordo com a jurisprudência do TCU, pacificada há anos, é irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório, o que não é o caso, pois não há na instrução processual em epígrafe qualquer justificativa técnica para o fato.”

RESPOSTA 06:

O item que se pede a parcela de maior relevância é o item 2 e 3, ou seja, apresentar atestado de capacidade técnica, de 30% para almoço e 30% para jantar. Não de 66% como alega a licitante. Pois se trata de itens diferentes item 2 almoço e item 3 jantar.

Portanto, esclarece esta Pregoeira, com base nas informações da equipe técnica da SEJUS, o Termo de Referência, SAMS bem como o Edital sofreram alterações, promovendo-se assim, a retificação dos mesmos. Ademais, informa-se que a sessão de abertura foi reagendada para o dia **29/04/2022 às 10:00h horário de Brasília.**

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Pregoeira e equipe de Apoio, através do telefone (69) 3212-9269, ou no endereço sito a Av. Farquar S/N – Bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, Ed. Central – Rio Pacaás Novos 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903.036.

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO

Pregoeira CEL/ SUPEL- RO

Mat.300138120



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Pregoeiro(a)**, em 12/04/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0028039404** e o código CRC **A8B60345**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0033.552182/2021-55

SEI nº 0028039404